

## **Gramsci e a transformação da classe trabalhadora na Itália do século XIX**

**Alexandre Shigunov Neto<sup>1</sup> & Lizete Shizue Bomura Maciel<sup>2</sup>**

O objetivo deste texto é analisar o texto de Gramsci<sup>3</sup> “Americanismo e Fordismo”, em que o autor analisa o sistema econômico e produtivo italiano e as implicações da introdução do modelo de produção fordista na sociedade e, mais especificamente, na classe trabalhadora da Itália do século XIX,

Nossa hipótese de trabalho sugere que o “progresso”, proveniente da implantação do novo modelo de produção, denominado “fordismo”, teve implicações diversas para as classes sociais italianas. Ou seja, os benefícios desse “progresso” não foram sentidos na mesma proporção para as diferentes classes sociais.

Ao analisarmos a introdução desse novo modelo de produção nas fábricas italianas levaremos em conta três variáveis, que estão diretamente envolvidas nesse processo histórico: 1) as relações sociais; 2) as relações de trabalho; 3) e a estrutura social do país.

O modelo de produção fordista é uma expressão do sistema de produção capitalista e está pautado no conceito de divisão do trabalho, ou seja, a divisão do trabalho fabril pode ser considerada o princípio sob o qual está configurado todo o modelo fordista de produção. O fordismo não pode ser considerado apenas uma nova tecnologia, pois a introdução da tecnologia exigiu novas formas de organização do processo de trabalho e novas qualificações dos trabalhadores.

O fordismo, enquanto modelo de produção fabril e mecanizado, atingiu os objetivos para o qual tinha sido formulado, apesar de consolidar e aumentar

---

<sup>1</sup> Mestre em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá (UEM). Coordenador do Curso de Administração da Faculdade Cenequista Presidente Kennedy de Campo Largo. Líder do Núcleo de Estudos Pedagógicos e Administrativos (NEPA)

<sup>2</sup> Doutora em Educação pela PUC/SP. Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá (UEM)

<sup>3</sup> Antonio Gramsci nasceu na cidade italiana de Ales, na Sardenha em 1891 e faleceu em abril de 1937, pode ser considerado a maior expressão do marxismo italiano. Foi fundador e

a degradação do trabalho do homem. No entanto, na compreensão dos fatos devemos analisá-los em sua totalidade, assim deve-se levar em consideração na análise do fordismo que este exerceu influência, basicamente em três categorias: o capital – centrado na figura do capitalista, detentor dos bens de capital e que compra a força de trabalho dos trabalhadores; o trabalhador – obrigado a vender sua força de trabalho para sobreviver; a sociedade – tomada em seu conjunto, agrupando todas as classes sociais.

O fordismo foi idealizado na década de 1910 por Henry Ford em sua fábrica de automóveis nos EUA - a Ford Motor Company. Sua idéia inicial foi projetar um modelo de carro com preços populares aliado a um plano de vendas e assistência técnica de grande alcance. Contudo, ao longo de sua vida formulou e implementou diversas idéias e princípios, sendo seu mais destacável e conhecido, a linha de montagem na produção em série de automóveis.

A linha de montagem foi uma criação que permitiu à Ford produzir um automóvel com preços populares para atender a um público até então fora do mercado consumidor, ou seja, um mercado novo. Os fundamentos da linha de montagem são simples e estão pautados em: há um planejamento e ordenamento da progressão do produto através do processo produtivo; o processo de produção é contínuo; o trabalho é entregue ao trabalhador, ou seja, o trabalhador perde o controle sobre o processo produtivo; as operações são analisadas em seus elementos constituintes.

Neste sentido, e de modo simplificado pode-se dizer que o fordismo é um modelo de produção que tem como características fundamentais: a produção em massa de produtos; a produção de produtos padronizados; a utilização de tecnologia e maquinaria; possui uma rígida linha de montagem; possui rotinas de trabalho padronizadas; há uma desqualificação, intensificação e homogeneização do trabalho; utiliza-se do modelo taylorista de controle e organização do trabalho.

Na realidade, Henry Ford formulou princípios para um modelo de produção em massa baseado na racionalização e padronização da produção e

---

dirigente do Partido Comunista Italiano, da qual teve participação ativa durante toda sua vida. Suas obras, fundamentalmente, tratam da história dos intelectuais e da cultura da Itália.

da organização do trabalho, conseguida através da linha de montagem e dos princípios tayloristas de controle e organização do trabalho produtivo.

Assim, e como afirma Fernández Enguita (1989,17),

o fordismo é a incorporação do sistema taylorista ao desenho da maquinaria mais a organização do fluxo contínuo do material sobre o qual se trabalha: simplificando, a linha de montagem. Tal como a maquinaria na divisão manufatureira do trabalho, o fordismo que representa com relação ao taylorismo a incorporação dos cálculos de movimentos e tempos em um sistema mecânico de ritmo regular e ininterrupto, supõe a subordinação do trabalhador à máquina, a supressão de sua capacidade de decisão e, ao mesmo tempo, a diminuição drástica dos custos de supervisão. Com ele, o trabalho alcança o grau máximo de submetimento ao controle da direção, desqualificação e rotinização, e os trabalhadores vêem diminuído ao mínimo o controle sobre seu próprio processo produtivo e reduzida a zero ou pouco mais que zero a satisfação intrínseca derivada do mesmo.

Para Taylor<sup>4</sup> o objetivo da administração era conciliar os objetivos organizacionais com os objetivos pessoais dos membros da organização, através da satisfação monetária de ambas as partes. Assim, propõe um novo sistema administrativo denominado de Administração Científica, que segundo ele deverá substituir o sistema tradicional, a administração por iniciativa e incentivo. Seu objeto de estudo era a tarefa e sua visão do homem era a do homem econômico, aquele que só pode ser motivado a trabalhar e produzir através da remuneração econômica.

Gramsci (1978,328), exprime de forma clara e objetiva o papel desempenhado Taylor no “novo” modelo de produção, ao afirmar que

Taylor de fato exprime, com cinismo brutal, o fim da sociedade americana; desenvolver no trabalhador, no

---

<sup>4</sup> Frederick Winslow Taylor (1856-1915) nasceu na Filadélfia-EUA. É considerado o fundador da Administração Científica, que foi um modelo administrativo que tentou aplicar os métodos da ciência aos problemas da Administração. Os métodos científicos utilizados por esse modelo, com o intuito de obter a máxima eficiência nas unidades industriais foram a observação e a mensuração, assim seu objeto de estudo foi as tarefas a serem executadas no processo produtivo.

máximo grau, atitudes maquinais e automáticas, despedaçar o velo nexos psicofísicos do trabalho profissional qualificado, que exigia uma certa participação ativa da inteligência, da fantasia, da iniciativa do trabalhador e reduzir as operações produtivas ao seu único aspecto físico maquinal.

A Administração Científica tem como princípios fundamentais: o desenvolvimento de uma ciência; a seleção científica do trabalhador; sua instrução e treinamento e a cooperação entre os membros organizacionais. Utiliza-se de diversos instrumentos para pôr em prática seus princípios: estudo detalhado das funções e tempo necessário para sua execução; o papel desempenhado pela direção e chefes; padronização das ferramentas utilizadas no trabalho. A análise minuciosa do trabalho a ser realizado, proporciona uma compreensão dos diversos movimentos essenciais a sua execução, bem como o tempo necessário para sua realização. O funcionário perde sua relativa autonomia na maneira de executar suas tarefas, pois o trabalho passa a ser executado conforme os critérios da chefia, que tem a função de treinar seus subordinados para executarem suas atividades. Com a divisão e especialização do trabalho, o funcionário executa atividades mecanicamente e padronizadas.

Como destaca Gramsci (1978), o taylorismo corroborou para determinar a separação do trabalho manual do trabalho intelectual ou como o próprio autor denomina sobre o “conteúdo humano” do trabalho. Dessa maneira, o processo de adaptação à mecanização será difícil para todos os trabalhadores, mas em especial para os “intelectuais” e apresenta o exemplo dos “compositores à mão”. E justifica-se afirmando “porque é difícil atingir a máxima qualificação profissional, que requer, por parte do operário, que “esqueça” ou não reflita no conteúdo intelectual do escrito que reproduz”. E continua seu pensamento,

quando o processo de adaptação se verificou, na realidade o cérebro do operário, em vez de se mumificar, atingiu um estado de completa liberdade. Só se mecanizou completamente o gesto físico; a memória do ofício, reduzido a simples gestos repetidos, com ritmo intenso, alojou-se nos feixes musculares e nervosos, e deixou o cérebro livre e desimpedido para outras ocupações. (332)

Dessa maneira, pode-se supor que o capital, na figura do industrial americano, compreendeu muito bem tal fato e, como de costume, soube utilizá-lo para atingir seus objetivos. Ao admitir que no processo produtivo o trabalhador não perde sua capacidade de “pensar” o capital consegue amenizar e iludir os trabalhadores com suas argumentações e benefícios irrisórios. Portanto, o trabalhador além de, inicialmente, ser considerado um instrumento auxiliar da maquinaria poderá ser considerado a própria “máquina”, na medida em que executa automaticamente e mecanicamente suas funções, sem necessitar utilizar sua mais notável e peculiar capacidade o “pensamento”, ou seja, é sua completa alienação sobre o processo produtivo e sua própria vida.

### **O modelo de produção fordista na Itália**

A história da humanidade é marcada fundamentalmente por inúmeros momentos de transição, momentos estes caracterizados pela transformação das sociedades. São momentos de transição entre a “destruição” de uma sociedade dita “antiga” e a consolidação de uma “nova” sociedade.

Pode-se afirmar que a formação e estruturação de uma nova sociedade sempre ocorrerá pela oposição e contradição social da antiga sociedade. Ou seja, a sociedade é criada e mantida pelas necessidades da sociedade e do homem. Desse modo, no momento em que se verificam transformações sociais na estrutura da sociedade, ocorrem também transformações nas características e comportamentos dos homens que vivenciam aquela época.

Para compreendermos as argumentações e inquietações de Gramsci é necessário, primeiramente, localizar historicamente o momento histórico vivenciado. Momento este, caracterizado pela criação e consolidação de uma nova sociedade, a sociedade capitalista, e o desaparecimento da antiga sociedade feudal.

A sociedade italiana nesse período (entre o período da crise de 1929) estava em decadência, com inúmeros problemas sociais e econômicos, vive

um período de transição entre uma sociedade feudal para uma sociedade capitalista.

Frigotto (1996,70), define muito bem esse momento histórico, ao afirmar que

a crise de 29, que é uma crise de superprodução e, portanto, uma ameaça de asfixiamento do sistema que não consegue realizar as mercadorias produzidas, determina novas estratégias para o enfrentamento da crise. Dentre estas estratégias destacam-se, no plano capitalista, o fascismo, o fordismo e o americanismo.

A Europa apresenta um grave problema, sua estrutura produtiva é muito precária e rudimentar. Sua estrutura social, ainda, fundamentada no sistema feudal de produção apresenta uma população ociosa e sem qualificação para o trabalho produtivo, em especial, nas indústrias. Essa sociedade, característica da Europa, não produz e acumula novos bens, apenas vive para sobreviver e manter seu luxo. É uma sociedade que não produz e apenas ostenta uma vida de prazeres.

O próprio Gramsci (1978,313), ao caracterizar o período vivenciado pela Itália, coloca que

a “tradição”, a “civilização” européia, é, pelo contrário, precisamente caracterizada pela existência de classes semelhantes, criadas pela “riqueza” e “complexidade” da história passada, que deixou uma série de sedimentações passivas através dos fenômenos de saturação e fossilização do pessoal estatal e dos intelectuais, do clero e da propriedade rústica, do comércio de rapina e do exército antes profissional, depois de recrutamento, mais profissional pelo que toca aos oficiais. Pode dizer-se, pelo contrário, que quanto mais antiga é a história de um país, tanto mais numerosas e pesadas são estas sedimentações de massas ociosas e inúteis, que vivem do “patrimônio” dos “antepassados”, destes reformadores da história econômica.

A Itália nesse período é uma sociedade “parasitária”, onde sua população não produz, mas apenas usufrui dos poucos bens produzidos por

uma minoria. Pode-se, dizer que essa sociedade além de ser parasitária, não era auto-sustentável e não possuía as condições necessárias para a introdução imediata de indústrias, pois não havia trabalhadores qualificados para atender as necessidades de produção. Era uma sociedade, além de parasitária, essencialmente agrícola.

No plano social, a sociedade italiana, enfrenta alguns graves problemas: as doenças endêmicas, que diminuem a média individual do potencial de força de trabalho; o estado crônico de desnutrição, de muitos trabalhadores; o desemprego endêmico verificado em algumas regiões agrícolas; a massa da população absolutamente parasitária, que sobrevive às custas de outra classe.

Aliado a problemas na estrutura social e econômica a introdução do modelo de produção fordista, enfrentaria um outro problema, ainda mais grave: as diferenças culturais do trabalhador. O modelo de trabalhador existente no país nesse momento histórico é muito distinto daquele exigido pelo modelo de produção fordista para trabalhar nas indústrias.

Gramsci (1978,312) argumenta que

a reação européia ao americanismo deve, portanto examinar-se com atenção; da sua análise resultará mais do que um elemento necessário para compreender a atual situação de uma série de Estados do velho continente e os acontecimentos políticos do pós-guerra.

Em sua análise Gramsci apresenta os pontos fundamentais que proporcionaram aos Estados Unidos implementarem com sucesso, do ponto de vista do capital, o modelo de produção fordista.

Uma vez que existiam estas condições preliminares, já racionalizadas pelo desenvolvimento histórico, foi relativamente fácil racionalizar a produção e o trabalho, combinado habilmente a força (destruição do sindicalismo operário com base territorial) com a persuasão (altos salários, benefícios sociais diversos, propaganda ideológica e política habilidosíssima), e conseguindo descolar, sobre o eixo da produção, toda a vida do país. A hegemonia nasce da fábrica e não tem necessidade, para se exercer, senão de uma quantidade mínima de

intermediários profissionais da política e da ideologia.  
(Gramsci, 316)

No entanto, e devido ao estado atual da estrutura sócio-econômica da Itália e dos aspectos culturais da sociedade e, mais especificamente da classe trabalhadora, a introdução do modelo de produção fordista enfrentou inúmeras dificuldades, apesar de Gramsci (1978,321-322), afirmar que

uma análise séria da história italiana antes de 1922 e mesmo antes de 1926, que não se deixe alucinar pelo carnaval externo, mas saiba colher os motivos profundos do movimento operário, deve chegar à conclusão objetiva de que foram precisamente os operários os portadores das novas e mais modernas exigências industriais, e que o proclamaram tenazmente a seu modo; pode-se dizer também que alguns industriais perceberam este movimento e procuraram controlá-lo. (Gramsci,321-322)

Nesse processo árduo e conflitante de introdução e implantação do modelo de produção fordista na Itália, o papel do Estado foi fundamental. O então, Estado liberal – aquele em que o mercado é o elemento regulador da economia – impõe uma nova política econômica-financeira que será decisiva para a transformação industrial italiana.

O processo de industrialização e, mais especificamente o processo de introdução do modelo de produção fordista na Itália pode ser caracterizado como um período de lutas entre o capital e o trabalhador. Uma luta entre a imposição de uma nova ordem econômica e industrial por parte do capital e a resistência do trabalhador para manter sua dignidade e sua condição de homem, enquanto ser pensante. Essa nova ordem necessária vem acompanhada de novos padrões, normas, hábitos, comportamentos, atitudes, qualidades, habilidades e conhecimentos, enfim uma nova forma de viver do trabalhador, indispensáveis para o sucesso da consolidação da nova forma de produção. Mas, diferentemente do que possa parecer, essa imposição sempre



esteve acompanhada da coerção e do uso da violência, ou seja, nunca foi um processo aceito passivamente pela classe trabalhadora.

Não se pode questionar o fato de que, o processo de industrialização era necessário para o desenvolvimento da Europa e, em especial da Itália. Todavia, a forma como foi implantado é que é questionável e principalmente a forma coercitiva para impor aos novos trabalhadores as novas formas de produção, ou os novos processos produtivos é que acaba tornando-a questionável.

O princípio da coerção, direta ou indireta, no ordenamento da produção e do trabalho é justo, mas a forma que assumira estava errada: o modelo militar tornara-se um preceito funesto os exercícios do trabalho faliram. (Gramsci, 328)

Gramsci pretende, também, demonstrar que o capital ao impor a implantação de seu modelo de produção fordista aspira, fundamentalmente, transformar a “essência” do homem,

é certo que eles não se preocupam com a “humanidade” e com a “espiritualidade” do trabalhador, que é imediatamente arruinada. Esta “humanidade e espiritualidade” não pode realizar-se senão no mundo da produção e do trabalho, “criação” produtiva; era máxima no artesão, no “demiurgo”, quando a personalidade do trabalhador se refletia todo no objeto criado, quando era ainda muito forte a ligação entre a arte e o trabalho. Mas precisamente contra este “humanismo” luta o novo industrialismo. (...) O industrial americano preocupa-se em manter a continuidade da eficiência física do trabalhador, da sua eficiência muscular e nervosa: é seu interesse ter uma mão-de-obra estável, um conjunto permanentemente afiando, porque também o conjunto humano (o trabalhador coletivo) de uma empresa é uma máquina que não se deve desmontar nem avariar demasiadas vezes na suas peças individuais, sem perdas ingentes. (Gramsci, 328-329)

A preocupação do capital com o trabalhador, com seus hábitos e costumes pessoais, decorre do fato do mesmo ser essencial a consecução de seus objetivos. Portanto, tal preocupação do capital é dissimulada por sua real

intenção, obter agora, depois de já ter o domínio sobre o controle do produto e do processo de trabalho, o controle sobre a vida do trabalhador.

Porém, e apesar das resistências o capital conseguiu com o apoio de uma parcela, mesmo que minoritária, mas com grande poder, da população introduzir o modo de produção fordista. Contudo, essa implementação não ocorreu de forma tranqüila, rápida e igualmente em todas as regiões, foi necessário o uso da coerção e o uso da violência para que os trabalhadores pudessem aceitar o novo modelo de produção.

Ao contrário do que se pensa, o modelo de produção fordista está mais presente do que nunca em nossa sociedade, aliás, enquanto perdurar o modelo de produção capitalista o modelo fordista estará presente, pois estes se complementam.

Apesar de expressar, prioritariamente, os interesses de uma classe minoritária, mas detentora do poder, o capital, o modelo fordista de produção trouxe melhorias para a sociedade de um modo geral. A sociedade saiu de um modelo primitivo de produção, o sistema feudal, e passou para um novo modelo de produção de massa. O antigo modelo de produção já não conseguia suprir as necessidades crescentes de uma sociedade em expansão. É claro, que foi o capital quem mais se beneficiou das vantagens e pelo “progresso” criados pelo novo modelo.

## **O progresso e suas implicações para a sociedade**

Afinal de contas o que vem a ser progresso? Algo tão desejado e cobiçado pela humanidade.

O progresso pode ser definido como um processo de evolução, de desenvolvimento, ou seja, é um processo em que há uma melhoria das condições sociais existentes. Esse desenvolvimento, no entanto, normalmente, não ocorre em todos os setores da sociedade ao mesmo tempo. Em alguns momentos o desenvolvimento pode ser verificado na área da saúde, em outros momentos na área militar, contudo, na maioria das vezes esse desenvolvimento é sentido na área industrial, mais especificamente no modelo de produção capitalista.

No plano do senso comum tem-se a noção de que o progresso refere-se, exclusivamente, ao conceito de melhoria das condições de vida da população, ao sentimento de bem-estar e conforto, portanto, que irá proporcionar melhores condições no modo de vida para toda a população.

Gramsci (1978,52), coloca que

na idéia de progresso está subentendida a possibilidade de uma medição quantitativa e qualitativa: mais e melhor. Supõe-se, portanto, uma medida “fixa” ou fixável, mas esta medida é dada pelo passado, por uma certa fase do passado, ou por certos aspectos mensuráveis, etc (Não é que se pense num sistema métrico do progresso). Como nasceu a idéia do progresso? Representa este nascimento um fato cultural fundamental, capaz de fazer época? Parece que sim. O nascimento e o desenvolvimento da idéia do progresso corresponde à consciência difusa que se alcança, de que foi atingida uma certa relação entre a sociedade e a natureza (incluindo no conceito de natureza o de acaso e de “irracionalidade”), uma relação tal pela qual os homens, no seu conjunto, estão mais seguros do próprio futuro e podem conceber “racionalmente” planos globais da própria vida.

E o instrumento que possibilitou todo o desenvolvimento humano durante seus momentos de transformações sociais foi a ciência. Assim, pode-se supor que a partir do século XVIII e, principalmente no século XIX há um relacionamento muito estreito entre ciência e atividade produtivo, pois esta estará a serviço dos interesses da classe burguesa.

Nossa análise nesse texto recairá sobre o desenvolvimento ocorrido no processo produtivo e suas implicações sobre o trabalhador. Pretende-se demonstrar que a ciência possibilitou inúmeros avanços tecnológicos e desenvolveu novas tecnologias para serem aplicadas na indústria. Sua principal transformação no modo de produção capitalista foi a introdução da maquinaria,

símbolo do progresso, mas também do medo e da impotência, a máquina foi responsabilizada pela desqualificação do trabalho, pelo embrutecimento do homem, pela instabilidade do mercado de trabalho, pelo rebaixamento da remuneração do trabalho, pela

concentração promíscua e perigosa de grandes aglomerados humanos na cidade. Mas também a ela foi atribuída a potencialização sem limites da força produtiva do homem, a produção em grandes escalas e conseqüente barateamento dos produtos manufaturados, a força disciplinadora para a multidão de pobres ainda incompletamente moralizados, e enfim, a condição de alavanca mágica do progresso científico. (Bresciani:1986,16)

No entanto, e como a própria Bresciani (1986,17), complementa

embora tenham denunciado veementemente as expressões empíricas do conhecimento burguês, a divisão do trabalho e a máquina, como instrumento de opressão social pela burguesia para seu próprio proveito, ambos partilharam com os homens instruídos da época a aposta na potência produtiva humana liberada pela particular ordenação burguesa do processo de fabricação. Tal como vários pensadores utópicos, eles pensaram ser possível reorientar essa potência de forma a se tornar um benefício para a maioria dos homens.

Mesmo que a ideologia dominante consiga impor suas idéias e tentar provar que o desenvolvimento ocorrido em algum, ou alguns setores da sociedade, trouxe benefícios para a mesma, encontraremos sempre membros descontentes com a situação em implantação.

Como nos esclarece Gramsci (1978,53),

não se pode duvidar que o progresso tenha sido uma ideologia democrática, que serviu politicamente para a formação dos modernos estados constitucionais, etc., apesar de tudo. E também que hoje já não está no auge. Mas em que sentido? Não no sentido que se tenha perdido a fé na possibilidade de dominar racionalmente a natureza e o acaso, mas em sentido “democrático”, ou seja, que os “portadores” oficiais do progresso se tornaram incapazes deste domínio, porque suscitaram forças destrutivas atuais igualmente perigosas e angustiantes como as do passado. (Gramsci, 53)

Pelo exposto, verifica-se que apesar do progresso ser proporcionar

a crise da idéia do progresso não é, portanto, a crise da idéia mesma, mas crise dos portadores dessa idéia, que se tornaram “natureza” a dominar, também eles. Os assaltos a idéia de progresso, nesta situação, são muito interessados e tendenciosos. (Gramsci, 53)

Portanto, o “progresso” ao invés do que seria o modo socialmente aceito e pretendido, não proporciona de forma igualitária a todos membros da sociedade os mesmos benefícios. E sim, os benefícios advindos desse “progresso” tornam-se privilégios de uma pequena parcela da sociedade.

Frigotto (1996), afirma que o progresso técnico, que é produzido historicamente e, portanto, não é algo natural, possibilita ao homem aspirar a criar e satisfazer novas necessidades. Contudo, tal progresso está a serviço da lógica capitalista, ampliando dessa forma a exclusão social. Neste sentido, a questão não é negar o progresso técnico e seus benefícios, mas sim lutar para conquistá-lo e torná-lo disponível para toda a sociedade, e não mais apenas para uma pequena parcela da população.

### **Considerações finais**

Cabe lembrar que, a sociedade está em constante transformação e criação de novas necessidades a serem supridas, e que o modelo de produção fordista em sua época veio suprir essas necessidades. Evidentemente que, o velho modelo já não consegue satisfazer aos anseios de uma sociedade mutante e progressista, razão pelo qual há a tentativa de se criar novos modelos de produção.

O que pretende, Gramsci no texto analisado é questionar o modelo de produção fordista e as relações sociais de trabalho originárias do mesmo. Na medida em que, tal modelo de produção irá expropriar o trabalhador de seu trabalho, aumentar a exclusão social, aumentar o estado de miséria e pobreza dos trabalhadores, aumentar a degradação do trabalho e conduzir o trabalhador a mero instrumento da maquinaria no processo produtivo.

Pela análise realizada pode-se constatar que, Gramsci conhecia muito bem as dificuldades (econômicas, sociais e culturais) de implantação do

modelo de produção fordista na indústria italiana. E muito melhor, as implicações diretas e indiretas para a classe trabalhadora italiana de tal processo.

Ao fim deste trabalho acreditamos ter confirmado nossa hipótese de trabalho que sugere que o “progresso”, proveniente da implantação do novo modelo de produção fordismo, teve implicações diversas para as classes sociais italianas. Ou seja, os benefícios desse “progresso” não foram sentidos na mesma proporção para as diferentes classes sociais e os menos favorecidos por tal acontecimento foram os trabalhadores.

Os benefícios que o “progresso” pode proporcionar à sociedade devem ser igualmente distribuídos a todos os seus membros, há necessidade de proporcionar democraticamente o usufruto de tais benefícios para todas as classes sociais, sem distinção alguma. Só assim, poderemos afirmar que a ciência e seu “progresso” não são privilégios e sim direitos de todos.

Como observação final, pode-se intuir que o “progresso” proporcionado pela sociedade capitalista contribuiu para o fortalecimento da exclusão social e a degradação do trabalho e do próprio trabalhador.

### **Referências Bibliográficas**

BRESCIANI, Maria Stella Martins. **Lógica e dissonância, sociedade e trabalho.** Revista Brasileira de História. Vol. 6, nº 11, Set.85/Fev.86.

FERNÁNDEZ ENGUITA, Mariano. **A face oculta da escola: educação e trabalho no capitalismo.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e a crise do capitalismo real.** 2ª edição. São Paulo: Cortez, 1996.

GRAMSCI, Antonio. Obras escolhidas. São Paulo: Martins Fones, 1978.

TAYLOR, Frederick Winslow. **Administração Científica.** 7ª edição. São Paulo: Atlas, 1970.